

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.500.667 - SC (2019/0132853-2)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : LEOCIR DOMINGO ZANELLA
AGRAVANTE : ONILCE BERTOLINI ZANELLA
AGRAVANTE : JORDÃO ZANELLA
AGRAVANTE : ELISETE MIGLIORETTO ZANELLA
ADVOGADOS : EDUARDO DE MELLO E SOUZA - SC011073
DIORDAN PASSARIN CANONICA - SC047382
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
INTERES. : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
ADVOGADO : FELIPE STECHINSKI - SC029559

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por LEOCIR DOMINGO ZANELLA e OUTROS contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, assim ementado:

DIREITO AMBIENTAL. DESLIZAMENTO DE TERRAS. MOVIMENTAÇÃO GEOLÓGICA. INTERLOCUTÓRIA DETERMINANDO PAGAMENTO DE PENSÃO PARA FAMÍLIAS ATINGIDAS. TUTELA DE URGÊNCIA. RESPONSABILIZAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DE TERRAS LINDEIRAS E DO MUNICÍPIO. TESE RECURSAL SUSTENTANDO QUE A TRAGÉDIA FOI OCASIONADA PELO VOLUME ANORMAL DE CHUVAS E POR OBRAS EXECUTAS PELO MUNICÍPIO. EXISTÊNCIA, CONTUDO, DE ELEMENTOS PROBATÓRIOS APTOS A DEMONSTRAR A RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. MANIFESTAÇÕES DE SETOR TÉCNICO DA PREFEITURA E DA POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL ALERTANDO SOBRE RISCOS NO LOCAL, COM CONSTATAÇÃO, EM 2016, DE PEQUENOS DESLIZAMENTOS E RACHADURAS. AÇÃO CIVIL PÚBLICA ANTERIORMENTE AJUIZADA CONTRA OS PARTICULARES OBJETIVANDO MEDIDAS PARA EVITAR FUTUROS DESMORONAMENTOS. OBRAS DE PREVENÇÃO E CONTENÇÃO INSUFICIENTES. RESPONSABILIDADE DO ENTE MUNICIPAL POR OMISSÃO. FISCALIZAÇÃO INEFICIENTE. ATUAÇÃO DESIDIOSA. INEXISTÊNCIA DE QUALQUER ATO DE ORIENTAÇÃO, EMBARGO OU PARALISAÇÃO DAS OBRAS PARTICULARES. REPARTIÇÃO EQUITATIVA, EM JUÍZO DE COGNIÇÃO SUMÁRIA, DO ÔNUS ATINENTE À PENSÃO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide, por analogia, o óbice da Súmula n. 735/STF, pois, conforme a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, é inviável, em regra, a interposição de recurso especial que tenha por objeto o reexame do deferimento ou indeferimento de medida acautelatória ou antecipatória, tendo em vista sua natureza precária e provisória, cuja reversão é possível a qualquer momento pela instância *a quo*.

Nesse sentido: “A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que 'não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita a modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito’” (AgInt no AREsp n. 1.351.487/RS, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 17/12/2018).

Confira-se ainda o seguinte precedente: AgInt no AREsp n. 1.321.705/MS, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 12/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente